



Acta da 273a. reunião do Conselho da Ordem dos Advogados,  
seção de Pernambuco

Nos quatro dias do mês de setembro de mil novecentos e cinquenta e seis, pelas dezesseis horas, reuniu-se ordinariamente, no lugar de costume, o Conselho da Ordem dos Advogados, seção de Pernambuco, sob a presidência do doutor José Cavalcanti Quez, saindo como primeiro e segundo secretários, respectivamente, os doutores Jordão E. Menezes e Luiz Rafael Mayer, presentes ainda os Conselheiros Sergio Higino, Jorge Carneiro da Cunha, Antônio Alves Dimentil, Adauto José de Melo, Ivan Campos de Souza, Carlos Claveira, Laurênio Accioly e Otton Siqueira; os Conselheiros Pinheiro Lima, Eládio Batista e Eduardo Collier, assinando embora o livro de comparecimentos, não estiveram presentes à sessão, por se encontrarem reunidos, à mesma hora, e em lugar diferente, na Comissão de Disciplina, de que são membros, notificada a Presidência, do ocorrido. Aberta a sessão, e dando início aos trabalhos, o Presidente declarou que trazia à consideração do Conselho uma série de emendas ao Regimento Interno da Seção, as quais estavam redigidas e devidamente justificadas, passando-as a ler. Esclareceu ainda o Presidente que, não obstante achar-se em tramitação o anti-projeto do Estatuto da Ordem, as pequenas modificações ou propostas se impunham como decorrentes da indiscutível necessidade de sua conformidade aos dispositivos do Regulamento em vigor. Depois o Presidente submeteu as referidas emendas à discussão e aprovação, destacadamente, e na ordem seguinte: emenda número um, modificando o artigo segundo do Regimento, e acrescentando-lhe um parágrafo único, referente à eleição das



sub-seções; emenda dois, modificando o artigo trinta e oito e seu parágrafo único, no tocante ao quorum para a assembleia geral; emenda três, dando nova redação ao artigo quarenta e quatro; emenda quatro, modificando o artigo oitenta e seis e seu parágrafo único, para adaptá-los aos preceitos do artigo sessenta e sete e sessenta e oito do Regulamento em vigor; emenda cinco, modificando o artigo oitenta e oito e seu parágrafo primeiro, para conformá-los ao artigo sessenta e dois parágrafo quarto do Regulamento, bem como assegurar o sigilo do voto; emenda seis, substituindo a matéria disciplinada pelo artigo oitenta e nove, já tratada no oitenta e seis, pelas normas referentes à votação por correspondência que passam a constituir o artigo oitenta e nove e parágrafos primeiro, segundo e terceiro; emenda sete, suprimindo o parágrafo segundo do artigo cento e sete, cuja matéria já vem disciplinada no parágrafo doze do artigo oitenta e oito; emenda oito, dando nova redação ao artigo cento e onze; emenda nove, modificando o parágrafo primeiro e terceiro, e suprimindo o sexto, do artigo cento e vinte e um; emenda dez, modificando o artigo cento e vinte e dois e seu parágrafo único, relativamente ao expediente da Secretaria de Ordem; emenda onze, modificando o artigo cento e sessenta e um, para adaptá-lo ao artigo segundo do Regimento do Conselho Federal; emenda doze, disciplinando, pelo artigo cento e sessenta e dois e parágrafo primeiro, em capítulo único e no título nono, a organização e eleição da diretoria sub-seccional, eliminando a matéria tratada pelo artigo anterior do



mesmo número, por força da emenda onze; emenda treze, modificando a atual numeração do título novo para título décimo, em face da emenda anterior; emenda catorze, modificando o artigo cento e setenta e tres, pelo qual se estatue a manutenção da Revista da Ordem dos Advogados de Pernambuco para a divulgação dos trabalhos jurídicos e de jurisprudência; emenda quinze, acrescentando ao Regimento o artigo cento e oitenta, pelo qual, atendendo a preceito legal vigente, se dispõe sobre a instituição de uma "Caixa de Assistência"; emenda dezesseis, acrescentando ao Regimento o artigo cento e oitenta e um que dispõe sobre a vigência dos dispositivos regulamentares, eliminando o artigo único das disposições transitória do atual regimento que dispõe sobre matéria idêntica. Submetida à votação cada uma das emendas mencionadas, obtiveram todas unânime aprovação, inclusive no tocante à redação e motivação, razão por que o Presidente deliberou desde logo remetê-las à consideração do Conselho Federal, estando as proposições aprovadas devidamente rubricadas pela Presidência. Com a palavra, o Conselheiro Jordão Emerenciano pediu se transcrevesse em ata um voto comemorativo do transcurso do centenário do Barão de Baraúna, o qual tem destacada atuação política e administrativa à frente da província de Pernambuco. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão, de qual lavrei a presente ata, que será assinada pela Mesa, depois de lida e aprovada.

José Cavalcanti Alves - Presidente.

João José de Almeida - Sec. ad-hoc

Luiz de Albuquerque - Sec. ad-hoc